

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015							
(Em milhares de Reais)							
ATIVO		PASSIVO					
	Nota	2016	2015				
CIRCULANTE		2.789.469	2.470.492	CIRCULANTE		2.199.156	2.024.281
Disponibilidades		660	699	Depósitos		1.423.589	1.515.183
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	228.237	151.429	Depósitos interfinanceiros	14	1.402.521	1.506.909
Aplicações em operações compromissadas		228.237	151.429	Depósitos a prazo	14	21.068	8.274
Títulos e valores mobiliários	5	511.549	298.476	Recursos de aceites e emissão de títulos	15	19.885	2.944
Títulos de renda fixa		511.549	298.476	Recursos de letras imobiliárias,			
Operações de crédito	6	1.832.862	1.884.037	hipotecas de créditos e similares		19.885	2.944
Financiamentos - Setor privado		2.024.836	2.035.273	Obrigações por empréstimos e repasses	16	177.010	-
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(191.974)	(151.236)	Recursos de aceites e repasses		177.010	-
Instrumentos financeiros derivativos	13	30.772	-	Instrumentos financeiros derivativos	13	65	426
Instrumentos financeiros derivativos		30.772	-	Instrumentos financeiros derivativos		65	426
Outros créditos	12	175.234	125.895	Outras obrigações	17	579.007	505.728
Diversos		175.234	125.895	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.562	1.884
Outros valores e bens		10.155	9.956	Fiscais e previdenciárias		70.492	63.121
Bens não de uso - BNDU		10.470	4.528	Recursos a devolver - Grupos encerrados		320.608	288.328
Provisão para desvalorização		(3.808)	(1.804)	Diversas		186.345	152.395
Despesas antecipadas		3.493	7.212	Exigível a longo prazo		1.506.500	1.345.267
Outros valores e bens		-	20	Depósitos		1.112.924	997.536
Realizável a longo prazo		2.325.293	2.205.938	Depósitos interfinanceiros	14	1.100.886	975.561
Títulos e valores mobiliários	5	633.572	674.186	Depósitos a prazo	14	12.038	21.975
Títulos de renda fixa		633.572	674.186	Recursos de letras imobiliárias	15	-	17.388
Operações de crédito	6	1.268.614	1.229.844	hipotecas de créditos e similares		-	17.388
Financiamentos - Setor privado		1.442.636	1.289.890	Obrigações por empréstimos e repasses	16	263.103	233.329
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(174.022)	(60.046)	Obrigações por empréstimos e repasses		263.103	233.329
Instrumentos financeiros derivativos	13	7.803	34.112	Instrumentos financeiros derivativos	13	42.723	-
Instrumentos financeiros derivativos		7.803	34.112	Instrumentos financeiros derivativos		42.723	-
Outros créditos	12	313.425	261.597	Outras obrigações	17	87.750	97.014
Diversos		313.425	261.597	Diversas		22.206	37.753
Outros valores e bens		1.879	6.199	Recursos pendentes de recebimento		65.544	59.261
Despesas antecipadas		1.879	6.199	Resultados de exercícios futuros	19	7.229	19.238
Permanente		29.575	24.746	Recursos de aceites e repasses		7.229	19.238
Outros investimentos		6	6	Patrimônio líquido	21	1.431.630	1.312.390
Imobilizado de uso	8	5.517	5.371	Capital social		360.854	360.854
Outras imobilizações de uso		16.028	14.482	Reserva de lucros		301.147	310.502
(Depreciação acumulada)		(10.511)	(9.111)	Lucros acumulados		769.629	641.034
Imobilizado de arrendamento	7	507	644				
Bens arrendados		1.467	1.898				
Depreciação acumulada		(960)	(1.254)				
Diferido	9	-	17				
Gastos de organização e expansão		9.815	7.691				
(Amortização acumulada)		(9.815)	(7.691)				
Intangível	10	23.723	18.709				
Solidez		39.469	28.456				
(Amortização acumulada)		(15.746)	(9.748)				
Total do ativo		5.144.515	4.701.176	Total do passivo		5.144.515	4.701.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO				
DE 2016 E 2015				
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)				
		1º Semestre		
	Nota	2016	2015	
Receitas da intermediação financeira		454.844	483.373	
Operações de crédito		518.567	391.126	
Operações de arrendamento mercantil		43	106	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		82.723	67.195	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(146.489)	24.946	
Despesas da intermediação financeira		(296.698)	(249.833)	
Operações de captação no mercado		(155.144)	(135.943)	
Operações de arrendamento mercantil		(42)	(68)	
Despesa de obrigação por empréstimos e repasse		(37.765)	(58.749)	
Reversão/provisão para créditos de liquidação duvidosa		(103.727)	(55.073)	
Resultado bruto da intermediação financeira		158.146	233.540	
Receitas de prestação de serviços		523.626	530.527	
Rendas de taxa de administração de consórcios		487.342	480.263	
Receita de prestação de serviços		36.284	50.264	
Outras receitas/(despesas) operacionais		(462.790)	(446.458)	
Outras despesas administrativas	22	(405.462)	(421.741)	
Despesas de pessoal		(13.037)	(10.797)	
Despesas tributárias		(70.399)	(71.330)	
Outras receitas operacionais	23	67.384	78.666	
Outras despesas operacionais	24	(41.276)	(21.256)	
Resultado operacional		218.982	317.609	
Resultado não operacional		1.029	55	
Resultado antes da tributação sobre o lucro		220.011	317.664	
Imposto de renda		(84.775)	(78.727)	
Contribuição social		(44.496)	(36.100)	
Ativo fiscal diferido		60.082	(307)	
Lucro líquido do período		150.822	202.530	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA -				
MÉTODO INDIRETO - SEMESTRES FINDOS				
EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015				
(Em milhares de Reais)				
		1º Semestre		
		2016	2015	
Lucro líquido do período ajustado		347.830	384.678	
Lucro líquido do período antes do imposto de renda e contribuição social		220.011	317.664	
Depreciações e amortizações		3.986	3.448	
Despesa com provisões contingentes		18.427	8.991	
Constituição/(reversão) de provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		103.727	55.073	
Resultado na alienação de imobilizado		-	(5)	
Constituição/(reversão) da provisão para desvalorização BNDU		1.636	109	
Superveniência/insuficiência de depreciação		43	51	
Varição de ativos e obrigações		(120.842)	(103.269)	
(Aumento)/redução em imposto de renda retido na fonte		(9.717)	-	
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários		(51.480)	111.707	
(Aumento)/redução em operações de crédito		(55.184)	27.714	
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos		119.040	(32.139)	
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens		23.386	1.038	
Aumento/(redução) em outras obrigações		(8.578)	(43.208)	
Aumento/(redução) em resultado de exercícios futuros		(1.744)	(34.694)	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(136.609)	(133.687)	
Atividades operacionais - Caixa		226.988	281.409	
Líquido proveniente/aplicado		226.988	281.409	
Alienação de imobilizado de uso		589	1.982	
Aquisição de imobilizado de uso		754	(745)	
Aplicações no intangível		(8.179)	(2.769)	
Atividades de investimento - Caixa		(6.836)	(1.532)	
Líquido proveniente/aplicado		(6.836)	(1.532)	
Pagamento de dividendos		(160.000)	(230.000)	
Aumento/(redução) em depósitos		(13.080)	48.275	
Aumento/(redução) operações compromissadas		(4.996)	-	
Aumento/(redução) em recurso de aceites e emissão de títulos		(3.403)	(85.344)	
Atividades de financiamentos - Caixa (aplicado)		(181.479)	(267.069)	
Aumento de caixa e equivalente de caixa		38.673	12.808	
Saldo de caixa e equivalentes no início do período		190.630	139.871	
Saldo de caixa e equivalentes no final do período		229.303	152.679	
Aumento de caixa e equivalente de caixa		38.673	12.808	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015				
(Em milhares de Reais)				
		Reserva de lucros		
		Legal	Outras	Lucros acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2014		360.854	222.134	734.865
Lucro líquido do semestre		-	-	202.530
Destinações do lucro:				
Reserva legal		-	3.318	(3.318)
Reservas especiais de lucros		-	63.043	(63.043)
Distribuição de dividendos		-	-	(230.000)
Saldo em 30 de junho de 2015		360.854	25.325	641.034
Saldo em 31 de dezembro de 2015		360.854	29.033	305.625
Lucro líquido do semestre		-	-	150.822
Destinações do lucro:				
Reserva legal		-	824	(824)
Reservas especiais de lucros		-	15.665	(15.665)
Distribuição de dividendos		-	(50.000)	(110.000)
Saldo em 30 de junho de 2016		360.854	29.857	769.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Honda S.A. (BHB) autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), iniciou suas atividades no ano de 2000, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A atividade operacional do Banco consiste, principalmente, no financiamento de veículos, através da modalidade do crédito direto ao consumidor, portanto com alienação fiduciária do bem, como garantia real das operações. A partir de setembro de 2012 o Banco iniciou as operações do produto Flex Plan que consistem no financiamento de veículos para as concessionárias. A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (HLB) autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) iniciou suas atividades em 2000, tendo por objeto social a prática de operações permitidas nas disposições legais e regulamentares em vigor, inerentes às sociedades de arrendamento mercantil, bem como a participação em outras sociedades. A Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. (CNH), tem como objetivo social a constituição e administração de grupos de consórcio. Iniciou suas atividades em 1981, administrando grupos para aquisição de bens, principalmente, de produtos da marca Honda.

Para fins do atendimento da Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, essas empresas estão consolidando suas demonstrações financeiras para fins de apresentação do Conglomerado Prudencial. As demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2016 foram aprovadas pela Diretoria em 29 de julho de 2016.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), regulamentados pelo BACEN até o momento (CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 - Benefícios a Empregados).

a. Auração do resultado
A auração das receitas e das despesas das empresas Banco Honda S.A., Honda Leasing S.A. obedecem ao regime de competência.

No caso da Administradora a taxa de administração devida pelos participantes dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do seu recebimento conforme disposições da Circular BACEN nº 2.381 de 18 de novembro de 1993 e a despesa de comissão decorrente de comercialização de cotas por terceiros, é apropriada ao resultado pelo seu pagamento conforme disposições da Carta-Circular do BACEN nº 2.598 de 27 de novembro de 1995.

No caso da Leasing as receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período; e

O ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil.

b. Estimativas contábeis
Ativos e passivos sujeitos a estimativas contábeis incluem o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. O Conglomerado revisa as estimativas e as pressupostos mensalmente.

c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no período.

d. Ativo circulante e realizável a longo prazo
Caixa e equivalentes de caixa
São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data de efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelas sociedades para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa
As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda provável). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidas. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6d.

Créditos tributários
Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e as expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e de contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos à alíquota de 15%, acrescida de 10% de adicional para o imposto de renda e para a contribuição social. De acordo com a Lei nº 13.169/15, a alíquota sofreu um aumento de 15% para 20%, a alteração entrou em vigor em setembro de 2015.

Ativos contingentes
O Conglomerado Prudencial não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. O Conglomerado Prudencial não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 30 de junho de 2016 e 2015.

Despesas antecipadas
As despesas antecipadas de comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito são registradas na abertura do crédito e apropriadas ao resultado pelo prazo dos contratos até dezembro de 2014. Com a divulgação da Circular nº 3.653 do Banco Central de 20 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as despesas de comissão são reconhecidas no ato de sua contratação.

Outros ativos
São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata*) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

e. Ativo permanente
Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

Depreciação dos custos dos bens do imobilizado, é reconhecida pelo método linear, com base em taxas anuais, sendo: sistema de processamento de dados, 20%; veículos, 20%; e demais equipamentos, 10%. No caso em específico da Honda Leasing S.A., líder do conglomerado, Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, a depreciação é calculada com base no período determinado pela Portaria MF nº 140/04, de 28/5/04, de 42 meses).

Diferido representado pelos seguintes itens:

Por gastos com beneficiários em imóveis de terceiros, sendo amortizado no prazo do contrato de locação do imóvel. Com aquisições e desenvolvimento de sistemas é amortizado pelo prazo de cinco anos.

Perdas de arrendamento, sendo a amortização das perdas de arrendamento mercantil reconhecida pelo prazo da vida útil remanescente dos bens arrendados.

Intangível representado por *software* contabilizado após a entrada em vigor da Carta-Circular nº 3.357 do Banco Central do Brasil, com vida útil definida e cuja utilização trará benefício econômico futuro, é amortizado pelo método linear a taxa de 20% ao ano.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment), é reconhecida a perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

f. Passivo circulante e exigível a longo prazo
Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas: Imposto de renda: 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120.000,00 no semestre. Contribuição social: 15% sobre o lucro tributável, até o período de agosto, e 20% sobre o lucro tributável a partir do mês de setembro, de acordo com a Lei nº 13.169 de 07 de outubro de 2015 para o Banco Honda S/A, 15% para a Honda Leasing S/A e 9% para a Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.

Passivos contingentes e obrigações legais
Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. Para os processos classificados com perda possível, é realizada a divulgação dos valores. As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

Outros passivos
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias (em base *pro rata*) incorridas.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DE CONSOLIDAÇÃO
Na elaboração das demonstrações financeiras do consolidado prudencial foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o COSIF, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Financeiro, instituído pela Circular nº 1.273/1987.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado em 30 de junho de 2016 abrangem as demonstrações financeiras do Banco Honda S.A., líder do conglomerado, Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda., que são controladas pela Honda South America Ltda. (HSA). Nenhuma das entidades consolidadas possui participação societária umas nas outras. De acordo com a resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, devem estar contemplados no Conglomerado Prudencial entidades definidas na respectiva norma, independente de participação acionária umas nas outras. Assim, o Conglomerado Prudencial do Banco Honda S.A. inclui:

	2016	2015	Patrimônio líquido	2016	2015
Consórcio Nacional Honda	133.677	136.169	774.230	645.633	
Banco Honda S.A.	16.781	66.159	639.021	649.403	
Honda Leasing S.A.	364	202	18.379	17.354	
Total	150.822	202.530	1.431.630	1.312	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES - CONSOLIDADO

	2016	2015
Recursos a devolver - Grupos encerrados	320.608	288.328
Fiscais e previdenciárias	143.061	126.281
Recursos pendentes de recebimento	65.544	59.261
Provisão para passivos contingentes (Nota 18)	58.224	49.739
Provisão para pagamentos a efetuar	4.358	16.237
Contas a pagar	25.184	7.889
Valores a pagar às sociedades ligadas	3.392	1.650
Taxa de registro - Alienação a pagar	6.753	5.995
Credores diversos - País	3.719	3.826
Despesas de pessoal	2.148	2.188
Credores por antecipação de valor residual	507	683
Comissão e bônus a pagar	30.094	36.256
Seguros sobre financiamento	1.075	-
Outras	2.090	4.409
Total	666.757	602.742

	2016	2015
Circulante	579.007	505.728
Exigível a longo prazo	87.750	97.014

A rubrica de "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" referem-se principalmente à provisão para imposto de renda e contribuição social e imposto de renda e contribuição social diferido sobre resultado de exercícios futuros.

18. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES - CONSOLIDADO

O Conglomerado é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e outros assuntos, cujos riscos de perda foram classificados como provável por nossos assessores jurídicos, como segue:

	2016	2015
Provisão para contingências cíveis	51.260	43.527
Provisão para contingências trabalhistas	6.463	5.797
Provisão para contingências tributárias	501	415
Total	58.224	49.739

a. Movimentação das provisões para contingências

	1º Semestre 2016				
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização	Reversão	Saldo final
Contingências cíveis (i)	40.984	22.656	(12.246)	(56)	51.338
Contingências trabalhistas (ii)	6.241	1.591	(131)	(1.316)	6.385
Contingências tributárias (iii)	460	41	-	-	501
Total	47.685	24.288	(12.377)	(1.372)	58.224

(i) Contingências cíveis

Refere-se a ações judiciais que objetivam discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de crédito, sendo em sua maior parte do juizado especial cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos.

(ii) Contingências trabalhistas

Refere-se a processos trabalhistas em sua maioria a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações relativas às reclamações de direitos trabalhistas.

(iii) Contingências fiscais

Banco Honda

Refere-se a processo tributário sobre a diferença do índice de contribuição do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

Honda Leasing

Refere-se a processo tributário sobre IPVA.

Administradora de Consórcio

Refere-se a processo judicial tributário cujo valor encontra-se integralmente provisionado.

Em 30 de junho de 2016, o Banco Honda S.A possui um total de R\$ 458 para processos cujos riscos de perdas foram classificados como possível (R\$ 457 em 30 de junho de 2015).

A Administradora de Consórcio possui outros processos cujos riscos de perdas foram classificados como possíveis por nossos assessores jurídicos no montante de R\$ 12 (R\$ 12 em 30 de junho de 2015).

O Conglomerado não possui outros processos judiciais cujos riscos de perda tenham sido classificados como possível pelos seus assessores jurídicos.

19. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS - BANCO HONDA

Referem-se a receitas de subsídios de operações de crédito recebidas antecipadamente no montante de R\$ 7.229 em 30 de junho de 2016 (R\$ 19.238 em 30 de junho de 2015) que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamento, líquidas dos impostos.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CONSOLIDADO

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015

	2016	2015
Resultado antes da tributação	220.011	317.665
Adições temporárias		
Insuficiência de depreciação	43	68
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	103.727	55.073
Provisão para contingências	24.288	13.519
Cadim IPVA	52	55
Desvalorização de bens de não uso	-	960
Outras adições	124.270	242.869
Exclusões		
Rendas de superveniência de depreciação	-	(17)
Créditos irrecuperáveis	(22.504)	(17.215)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(9.374)	(16.910)
Reversão/utilização da provisão para contingência	(13.749)	(14.347)
Reversão de desvalorização de bens de não uso	-	(1.519)
Cadim IPVA	(2)	(3)
Outras exclusões	(86.798)	(266.854)
Lucro líquido acumulado antes do IRPJ/CSLL	339.964	313.544
Compensação prejuízo fiscal dos períodos anteriores	(174)	(130)
Valor-base para tributação	339.790	313.414
Alíquota-base	95.465	82.885

	2016	2015
...continuação		
Alíquota adicional	33.943	31.305
Incentivo	(3)	(106)
PAT	(123)	(106)
Imposto de renda e contribuição social do 1º semestre	129.282	114.084
Despesa de imposto de renda e contribuição social no 1º semestre	129.282	114.084
⁽¹⁾ Refere-se principalmente à marcação a mercado do objeto e instrumento de "Hedge".		
b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social combinado		
	2016	2015
IRPJ e CSLL devidos no exercício	129.282	114.840
Constituição de IR diferido - Superveniência de depreciação	(11)	(13)
Realização do crédito tributário diferido	17.791	38.196
Constituição do crédito tributário diferido	(77.873)	(37.889)
Total de imposto de renda e contribuição social	69.189	115.134
c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2016 e 2015 combinado		
	2016	2015

Adições temporárias:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	265.996	211.282
Provisão para contingências	58.224	49.739
Créditos baixados como prejuízo	379.026	307.429
Depreciação de contratos em atraso	-	1.163
Outros	56.500	51.590
Total da base dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	759.746	621.203
Total do crédito tributário	337.279	244.240

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados na rubrica de "Outros créditos - Diversos" no circulante e no realizável a longo prazo.

⁽¹⁾ Refere-se principalmente a comissão a pagar.

d. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2016 combinado

	2016	2017	2018	2019	2020 a 2025	Total
Imposto de renda / Contribuição Social						
Provisão para operações de crédito	36.289	42.580	40.829	-	-	119.698
Provisão para contingências	6.674	5.457	5.017	1.427	3.597	22.172
Créditos baixados como prejuízo	44.555	47.004	78.990	2	8	170.559
Outros	20.421	350	329	8	8	21.116
Total	107.939	95.391	125.165	1.437	3.613	333.545

O valor presente destes créditos tributários monta a R\$ 271.292 em 30 de junho de 2016 (R\$ 171.387 em 30 de junho de 2015), considerando-se a taxa Selic de 14,25% a.a.

Os critérios de constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:

A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente.

A realização do total de créditos tributários constituídos existentes em 30 de junho de 2016 foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em cada uma das entidades do conglomerado, expectativa de recuperação dos créditos baixados como prejuízo, vencimento da carteira de crédito e o desfecho das provisões para contingências que são de: 32,36% no ano de 2017; 28,60% no ano de 2017; 37,53% no ano de 2018; 0,43% no ano de 2019; 1,08% do ano de 2020 ao ano de 2025. Essas estimativas serão revisadas anualmente.

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em cada uma das entidades do conglomerado, baseado em estudo técnico, que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias de cada entidade e indicadores econômico-financeiros.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

a. Capital social

Em 30 de junho de 2016, o capital social é de R\$ 360.854 (R\$ 360.854 em 30 de junho de 2015), representado por 39.200.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país;

b. Reserva legal

Para o Banco Honda S.A e para a Honda Leasing S.A. é constituída à razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitado a até 20% do capital social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3º §2º), o saldo aglomerado para data base era de R\$ 29.857.

c. Dividendos

De acordo com deliberação em reunião dos sócios-quotistas, foram distribuídos, no primeiro semestre de 2016, dividendos no montante de R\$ 110.000 (R\$ 230.000 no primeiro semestre de 2015) no primeiro semestre de 2016 pela Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. e R\$ 50.000 pelo Banco Honda S.A (R\$ 0 no primeiro semestre de 2015) para a acionista Honda South America Ltda.

d. Juros sobre capital próprio

No 1º semestre de 2016 não foram pagos juros sobre capital próprio (R\$ 0 no 1º semestre de 2015).

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDADO

	2016	2015
Serviços de terceiros	84.902	83.762
Despesas financeiras	22.986	21.101
Despesas de comissão	191.945	217.957
Despesas comerciais	30.704	27.891
Serviços técnicos especializados	5.860	5.585
Despesas comunicações	13.920	14.953
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.504	2.785
Despesa de cartório	23.760	29.039
Despesa de processamento de dados	6.594	4.801
Despesa de amortização	2.987	3.119
Despesa com propaganda/publicidade	34	603
Campanha de vendas	8.901	497
Despesa de promoções e relações	2	3.008
Outras despesas administrativas	10.363	6.640
Total	405.462	421.741

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	2016	2015
Reversão/utilização de outras provisões operacionais	14.627	9.805
Reversão de provisões diversas	655	14.307
Reversão de desvalorização - Bens não de uso	1.193	1.518
Reembolso de despesa - Bens não de uso	1.432	1.290
Reembolso sircof e gravame	23.356	22.625
Multa compensatória - CNH	25.981	28.726
Outras receitas operacionais	140	395
Total	67.384	78.666

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	2016	2015
Provisão para contingências	22.746	11.936
Desvalorização de bens não de uso	2.829	960
Desconto concedido	1.026	1.644
Indenização ações contrárias	1.744	1.245
Despesas com despachante	1.610	789
Campanha de cobrança	1.673	-
Prejuízos com consorciado	7.940	2.477
Outras	1.708	2.205
Total	41.276	21.256

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	1º semestre			
	2016	2015	2016	2015
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Honda Automóveis do Brasil Ltda.				
Valores a receber	-	-	-	-
Valores recebidos antecipadamente	(228)	5.377	(16.142)	34.198
Moto Honda da Amazônia Ltda.				
Valores a receber	-	-	9	-
Valores recebidos antecipadamente	(126)	664	(336)	506
Aluguel de imóvel	(9)	(55)	(8)	(479)
Outras despesas	(26)	(2.851)	(31)	(1.934)
Honda Serviços Ltda.				
Prestação de serviço de assessoria administrativa	(7.964)	(42.219)	(3.667)	(39.548)
Valores a receber - Repasse	-	85	-	84

A controladora direta do Banco Honda, Honda Leasing e Administradora de Consórcio Nacional Honda é a Honda South America Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co., com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a operações de incentivo à venda de produtos fabricados por empresas do grupo e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes, controladas pela mesma controladora do Conglomerado.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Fundo de pensão

O Banco é patrocinador da PREVIHONDA - Sociedade de Previdência Privada de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida. As contribuições aportadas ao plano no decorrer do 1º semestre de 2016 somaram R\$ 65 (R\$ 62 no decorrer do 1º semestre de 2015), contabilizados na rubrica de despesa com pessoal.

b. Limite operacional

Em 30 de junho de 2016, o Índice de Basileia apurado pela instituição para o primeiro semestre de 2016 foi calculado em conformidade com a nova regulamentação do Banco Central do Brasil para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 22,58% (27,19% em 30 de junho de 2015, conforme legislação vigente à época).

c. Ouvidoria

O Banco Honda e as outras empresas do Conglomerado Prudencial dispõem uma unidade de Ouvidoria com a incumbência de representar os clientes usuários dos produtos e serviços; para tanto, a Diretoria garante todas as condições para que o funcionamento da Ouvidoria seja pautado pela transparência, independência e imparcialidade no trato com os clientes.

d. Gerenciamento de riscos

Para atendimento ao requerido nas Resoluções do CMN nºs 3.721/09, 3.464/07, 4.090/12, 3.988/11, 3.380/06, e 4.327/14, o Banco dispõe de estrutura específica para gestão de riscos, e as atividades são centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos incorridos pela instituição.

Para nortear essas atividades, a Diretoria da instituição estabeleceu políticas específicas para gestão de cada risco.

Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito tem a finalidade de mensurar, monitorar e controlar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A instituição utiliza modelos internos para calcular a probabilidade *default* de cada cliente, bem como, a parte total projetada.

Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado objetiva mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de mercado das carteiras de ativos e passivos financeiros da instituição considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas às taxas de juros e abrangendo inclusive o risco de liquidez.

Para o cálculo do risco de taxa de juros na carteira *banking*, a instituição utiliza o modelo EVE na abordagem de valor econômico.

Gestão de Capital

A gestão de capital tem como objetivo mensurar, monitorar e mitigar a evolução dos negócios em consonância com a capacidade de gerar ou obter capital, propondo limites e alternativas de contingenciamento do nível de capital mínimo da instituição, garantido nível de capital adequado a expectativa de evolução dos negócios em ambientes distintos.

A instituição utiliza principalmente testes de *stress* de carteira em condições econômicas adversas.

Risco Operacional

A gestão de risco operacional segue a premissa de que o risco operacional deriva de eventos resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados, falhos ou eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. Estes eventos, quando ocorrem, são registrados e a origem avaliada para correção e melhorias.

Risco Socioambiental

A gestão de risco socioambiental é concebida sobre a premissa de que este é a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais. Em seu gerenciamento deve ser considerado: sistemas, rotinas, procedimentos, novas modalidades de produtos ou serviços, ramo de atividade dos clientes, entre outros exemplos.

As descrições dessas estruturas mais detalhadas estão evidenciadas no site do Banco, e os relatórios dessas atividades estão disponíveis na sua sede.

A DIRETORIA

ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Diretores e Acionista do

Banco Honda S.A. (instituição líder do Conglomerado) - São Paulo - SP